

Parâmetros Teóricos e Político-Institucionais das Independências no Mundo Hispano-Americano

Rubens Arantes Correa¹

Resumo: Este trabalho pretende fazer uma resenha das principais tendências historiográficas que abordaram a questão das independências nas Américas Hispânica, levando em conta, sobretudo, a perspectiva tomada a cabo pela Nova História Política. Para tanto, destacamos os trabalhos de François-Xavier Guerra e Monica Quijada, para o caso dos processos independentistas no mundo hispano-americano. O eixo central das novas abordagens sobre os movimentos de independência nas Américas procura enfatizar os processos de lutas políticas internas relativas às colônias e suas respectivas metrópoles distanciando da perspectiva adotada pela historiografia mais tradicional que busca respostas para os eventos independentistas da América na conjuntura do capitalismo industrial e nos efeitos das ideias iluministas propagadas pela Revolução Francesa. Não se trata, contudo, de sobrepor a esfera do político sobre as demais, mas a de conciliar abordagens que possam dar uma explicação mais abrangente sobre as motivações e os significados envolvidos naquele processo histórico.

Palavras-Chave: Independências; América Hispânica; Processos Revolucionários

Abstract: This report intends to make a review of the main historiographical tendencies which approach the questions about the independence of Hispanic America, taking into consideration, above all, the perspective possession of cape by the New Politic History. For that, we may highlight the works of François-Xavier Guerra and Monica Quijada, for the case of separatists in the Hispanic-American world. They do emphasize the process of internal political fights related to the colonies and their metropolis expectances by keeping distance of perspective which was adopted by the more traditional historiography than the search of answers for the separatist events of America in the situation of industrial capitalism and in the effects of illuminists' ideas spread by French revolution. It does not mean, therefore, to overlay the politician's sphere on the others, but to conciliate approaches that can give an explanation more comprehensive about the motivations and the meanings which are involved in the historical process.

Keywords: Independences; Hispanic America; Revolutionary Process

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/campus de Franca. Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (2000). Graduação em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/campus de Franca (1987)

INTRODUÇÃO

A questão das independências no mundo hispânico e lusitano ganhou nova conformação em termos historiográficos e teóricos a partir dos anos 1990 com o ressurgimento da História Política reconfigurada em novos padrões de análise e entendimento em termos de recuperação da vivência dos atores políticos em dado contexto histórico. Na vanguarda dessa retomada do político encontra-se René Rémond, historiador francês, nascido em 1918 e falecido em 2007, autor de vasta obra abarcando temas como ideologia e política, forças religiosas e política, a direita na França, entre outros. Todos, entretanto, com uma abordagem comum, ou seja, o viés do político ou da história do político.

Em fins dos anos 1980, René Rémond liderou um grupo de historiadores com a publicação na França do livro-manifesto *Pour une histoire politique*, onde o diretor da Fundação Nacional de Ciências Políticas e professor da Universidade de Paris X (Nanterre), e mais onze historiadores, fazem uma defesa da história política, a partir de novos pressupostos teórico-metodológicos, de novas temáticas e novos problemas. Para os estudiosos reunidos em torno de Rémond, a história do político possibilita “a compreensão do todo social” (FERREIRA, 2003, p.5), pois que a esfera do político privilegia a articulação dos diversos níveis da vida social em torno de elementos comuns.

Nesse sentido, a retomada da História Política foi possível, em grande parte, pela sua aproximação com outros campos do conhecimento que possibilitaram a incorporação de novos objetos de investigação, destacando, sobretudo, a Ciência Política, a Sociologia, a Antropologia e a Lingüística. Tal achegamento permitiu a renovação temática nesse campo investigativo agregando assuntos novos tais como a opinião pública, a mídia, os intelectuais, a cultura política aos já de abordagem tradicionais entre os quais a guerra, os partidos políticos, a biografia.

Como aponta Rémond, a trajetória da História Política, enquanto campo investigativo, ao longo do século XX foi marcada por uma sistemática rejeição. De um lado foi combatida pela história de viés marxista que a acusava de fazer uma história das elites econômicas e dirigentes. Por outro lado, a emergência da Escola dos Annales impôs outras restrições à história do

político ao questionar sua natureza metodológica que, segundo os adeptos da corrente historiográfica fundada por M. Bloch e L. Febvre, valorizava o eventual, o acontecimento de curta duração.

Entre uma vertente que valorizava a esfera do econômico enquanto eixo explicativo dos processos históricos em detrimento de outros componentes e, outra corrente, cuja ênfase recaiu sobre as estruturas de longa duração como o social, as mentalidades e a cultura, a história dos fatos políticos acabou por ser relegado a segundo plano, quando não, marginalizada pela comunidade acadêmica.

Contudo, como observa Rémond, assim como cabe à História, enquanto um campo de conhecimento, observar, registrar e produzir explicações sobre as “mudanças que afetam a sociedade” (RÉMOND, 2003, p. 13), também é próprio desse campo acompanhar as mudanças que afetam seus procedimentos investigativos, temáticos e metodológicos. E procedendo desta forma o historiador, também ele produto de seu tempo, perceberá que sua disciplina oscila de tempos em tempos, influenciado por novas perguntas, novos questionamentos, proposições, ideologias e dúvidas que sugerem, impõem, impelem a construção de paradigmas teóricos e explicativos diversos daqueles que até então se posicionavam no campo do conhecimento como dominante e hegemônico.

Daí então observarmos, por meio de um rápido exercício de investigação historiográfica, como que de tempos em tempos tendências teórico-metodológicas se impõem como dominantes dentro da corporação dos historiadores. Basta para isso atentarmos para o século XX, marcado pela predominância da história política por um determinado período, posteriormente, tal paradigma passa a ser questionado pela emergência da Escola dos Annales, que por sua vez competiu, lado a lado, com as concepções marxistas de história. Não basta, contudo, observar tal movimento de preferências e gostos teórico-metodológicos dentro do campo dos historiadores.

E, novamente é René Rémond, quem nos ajuda a entender as ondas oscilatórias dentro do campo de conhecimento produzido pelos historiadores quando admite que os novos paradigmas impostos pela “pesquisa histórica” estão em simetria com o momento e a época então vivida pela sociedade. A emergência das massas operárias, a disseminação do socialismo e sua ênfase

na luta de classes, a valorização das subjetividades e individualidades, entre outros fatores, trouxeram outras percepções da realidade humana:

O que se observa, entretanto, é que após anos de marginalização e de combate imposto pelas vertentes da Nova História e do Marxismo, a história do político retorna com fôlego novo para o centro das preocupações da pesquisa histórica, movida por uma conjugação de fatores internos e externos à própria natureza da história política.

Primeiramente, o retorno à questão do político e do Estado na sociedade contemporânea. Como sabemos por um determinado tempo a questão do Estado, enquanto objeto de estudos e pesquisas da história, foi por demais combatidas pelas vertentes, então, dominantes. Se de um lado a crítica recaía sobre o fato de que o Estado, da maneira como se conformou na modernidade, representava um perigo para o indivíduo no tocante a sua liberdade, privacidade e invasão de direitos; por outro, não menos contundente, sobressaíam os críticos do Estado sob a argumentação de que o mesmo se valia de seu peso para defender interesses deliberadamente em favor da classe dominante.

Ora, embora o fogo cerrado das críticas possa ter fundamento, não se pode perder de vista que: “Nas sociedades contemporâneas, a política organiza-se em torno do Estado e estrutura-se em função dele: o poder do Estado representa o grau supremo da organização política; é também o principal objeto das competições.” (RÉMOND, 2003, p. 20). Eis um dado irrefutável no mundo contemporâneo: o Estado é o espaço por onde passa o político e as decisões tomadas por parte de seus agentes (governantes, ministros, diplomatas etc...), não só interferem na vida dos indivíduos, como são frutos de uma “relação de forças” (RÉMOND, 2003, p.20) ocasionando permanentemente, um jogo de competição e conflito.

Era preciso, pois, recuperar essa dimensão da realidade. Não há como não admitir que as decisões de Estado e, portanto, de um território plenamente ocupado pelo político, não tenham relações com outras dimensões da vida coletiva como o universo do trabalho, a produção econômica, as relações sociais, o mundo da técnica, o espaço das vivências culturais, intelectuais e

religiosas. Enfim, o político não se encontra à margem das demais esferas da vida coletiva.

Em segundo lugar, e nesse caso uma motivação de natureza interna aos próprios procedimentos do exercício dos historiadores do político, encontra-se a questão da renovação das abordagens e metodologias empregadas pelos praticantes desse ramo historiográfico. Ou seja, não se trata de uma “moda passageira” que torna a história política ao centro dos interesses e muito menos uma retomada pura e simples dos procedimentos praticados pelos iniciadores da disciplina.

Na realidade, como afirma René Rémond, há uma combinação de fatores – exógenos e endógenos – que solidificam esse retorno ao político. Além das demandas da sociedade contemporânea que passam necessariamente pela disputa política que gira em torno do Estado, ocorreu, ainda, uma renovação em termos epistemológicos, no tocante às práticas da própria história política.

E nesse particular, Rémond destaca a importância da aproximação da história política com outras disciplinas que nem sempre têm pelo político seu objeto de investigação.

[...] a história política deve bastante às trocas com outras disciplinas: sociologia, direito público, psicologia social, e mesmo psicanálise, lingüística, matemática, cartografia e outros [...] (RÉMOND, 2003, p. 29).

A condição de campo interdisciplinar coloca a história política numa situação privilegiada no sentido de que ela pode se apropriar de mecanismos desenvolvidos por outros campos de conhecimento e aplicá-los ao estudo e à pesquisa sobre o político.

Dessa maneira, a renovação metodológica da história política deveu-se muito às articulações entre ela e a Sociologia, Ciência Política, Direito Público, Psicologia Social Cartografia e até mesmo a Linguística, a partir da qual o historiador do político pode dar melhor entendimento sobre o discurso político no sentido de descortinar sua intencionalidade, sua carga ideológica entre outros aspectos próprios à interpretação textual. E, poderíamos acrescentar, outras contribuições oriundas dessa interdisciplinaridade como o interesse pela opinião pública, a participação da coletividade em processos eleitorais, as disputas partidárias, etc.

Se por um lado, a aproximação com outras disciplinas que abordam o político trouxe ares de renovação na prática do historiador que lida com a modalidade da história política, por outro impulsionou novas abordagens sobre temas relativamente já clássicos na linhagem dessa vertente historiográfica. É o caso, a título de exemplo, do tema das independências no mundo americano. Trata-se de uma problemática já abordada pela história política em tempos idos mas que voltou a ter interesse após os ventos renovadores da nova história política.

De modo que essa breve introdução ao tema central desse trabalho, que é justamente a questão dos novos parâmetros de abordagem para a problemática dos movimentos emancipacionistas no continente americano, está, objetivamente, inserida nesse revigoramento do campo de pesquisa da história política de um modo mais geral. Confrontar perspectivas até então tidas como definitivas em termos de entendimento sobre as motivações, os fatores, as conseqüências, os grupos sociais envolvidos nesses processos separatistas dos séculos 18 e 19, abriu horizontes para uma compreensão mais ampla daquela conjuntura procurando articular a esfera das atitudes políticas com outras dimensões da prática social vivida pelos atores.

A ênfase adotada pelos historiadores do político que analisam as independências no continente sinaliza para a necessidade de compreensão da realidade vivida pelos atores descartando, dessa forma, as construções explicativas *a priori* que ao longo do tempo se tornaram anacrônicas. Tal deslocamento de percepção, conforme assinala Rémond., e destacado inicialmente, faz parte do próprio movimento de renovação e reforma da disciplina histórica.

DIFERENTES ABORDAGENS

Entre fins do século 19 e ao longo do século 20 a questão das independências americanas, em particular na região da Hispano-América, foi abordada por diversas tendências historiográficas que, embora adotando perspectivas teóricas divergentes, podem ser aglutinadas em quatro eixos interpretativos (1):

1º.) a vertente historiográfica (predominante até meados do século 20) que sustenta a tese de que nos movimentos de independência hispano-americanos não tivemos um processo revolucionário no sentido “radical” do termo visto que tratou-se, tão somente, de uma luta de defensores da metrópole (realistas) contra opositores instalados nas colônias (insurgentes). Essa interpretação está muito ligada ao conceito de “revolução” enquanto ruptura radical ao estilo do jacobinismo oitocentista francês e das guerras de independência no Haiti;

2º.) entre os anos 1950 e 1960 surgem interpretações que deslocam a compreensão desses processos históricos para o que ficou conhecido como “revoluções atlânticas”. Dois historiadores foram fundamentais para a consagração dessa vertente interpretativa: o francês Jacques Godechot, e o norte-americano, Robert Palmer. O eixo central dessa concepção historiográfica é a de que o processo independentista hispano-americano foi possível, fundamentalmente, em razão da expansão das ideias iluministas que foram incorporadas pela elite crioula que as colocaram em prática na luta pela ruptura colonial.;

3ª.) a partir dos anos 1960/1970 entra em cena uma historiografia revisionista inspirada em parâmetros teórico-metodológicos desenvolvidos pela segunda geração da Escola dos Annales sob a orientação de Fernand Braudel inspirador do trabalho renovador sobre a questão das independências no mundo hispano-americano de Pierre Chaunu. A singularidade dessa interpretação reside no fato de que o autor busca identificar nas “contradições e complexidades internas” das sociedades coloniais hispano-americanas as causas fundamentais para a eclosão dos movimentos de independência. Chaunu busca compreender as contradições vividas entre elites criollas e espanhóis peninsulares; elites criollas e estratos sociais marginalizados tais como negros índios e mestiços; sem deixar de destacar o “caráter de guerra civil” (p.232) dos movimentos independentistas e a decisiva influência da “revolução liberal de 1820 na Espanha”. (MADER, 2008, p.233).

4ª.) paralelamente ao desenvolvimento e alcance das interpretações derivadas de Chaunu, ocorre, também, a expansão no meio historiográfico da vertente inspirada no marxismo e suas diversas derivativas, como a Teoria da Dependência. O eixo definidor dessas vertentes é o entendimento de que os fatores econômicos são as causas explicativas dos processos de independência. Por outro lado, tais vertentes não admitem a idéia de ruptura e sim de continuidade, dado que as elites criollas operaram um processo de “mudança conservadora”, ou seja, rompe com o estatuto colonial, mas mantém as mesmas estruturas sociais e econômicas.

Delineada, ainda que sucintamente, essa trajetória historiográfica que trata das independências no mundo hispano-americano, percebe-se que o foco de análise desses processos, excetuando a perspectiva adotada por Chaunu, enfatiza, por um lado, ora o caráter não revolucionário das lutas de independência na América Espanhola, pois que o conceito tomado para “revolução” é o que se confunde com “guerra” ou “ruptura radical” (perspectivas adotadas tanto pela vertente liberal/nacionalista e marxista/teoria da dependência); ora, entendem-se as independências como fruto de fatores externos, exclusivamente, tais como a expansão dos ideais revolucionários do século 18 (“revoluções atlânticas e burguesas”) ou as investidas imperialistas napoleônicas do século 19.

A partir dos anos 1990 ocorre um despertar no meio historiográfico, sob a crescente influência da nova história política, sobre a problemática das independências no mundo hispano-americano,

Elaborando novas abordagens que tratavam de temas como as origens ideológicas desses movimentos, seu caráter continuísta ou de ruptura com o período anterior, o papel da Constituição espanhola de Cádiz como inspiradora dos processos constitucionais americanos, o questionamento da figura dos caudilhos, entre outros. Estudos como os de José Carlos Chiaramonte, Túlio Halperín Dongui, John Lynch, Manujel Chust, Jaime Rodrigues, François-Xavier Guerra, Antonio Annino, destacam-se nesta retomada do tema das independências, a partir de diferentes perspectivas e/ou diversas áreas geográficas. (MADER, 2008, p. 227-228).

As novas abordagens introduzidas por essa história renovada das independências na América procuram enfatizar as vivências e as sociabilidades dos atores sociais, rompendo, dessa forma, com as análises estruturalistas e economicistas vigentes até muito recentemente no campo historiográfico sobre

o tema. Dentre os estudiosos renovadores destaca-se o trabalho de François-Xavier Guerra, cuja obra *Modernidad e Independencias*, tomamos como parâmetro para o exercício crítico comparativo com as demais tradições historiográficas.

ABORDAGEM RENOVADORA DE XAVIER- GUERRA

Dentre as novas interpretações sobre os movimentos de independência americanos fruto da renovação da história política encontra-se a obra do historiador franco-espanhol François-Xavier Guerra (1942-2002). Com formação em Ciência Política e História e, intelectualmente, influenciado por Furet, Agulhon, Dumont e Crouzet, pesquisadores importantes no universo da vida acadêmica francesa, além de responsáveis pela formação de grandes nomes no campo das ciências humanas e sociais, Guerra foi professor da Universidade de Paris I e pesquisador efetivo de importantes centros europeus dedicados ao estudo da história da América Latina.

Guerra, ao longo de sua trajetória intelectual, dedicou-se ao estudo de temas relacionados à Península Ibérica, ao México colonial e revolucionário, entre outros. Ao priorizar aspectos da realidade histórica que colocam em relevo os atores políticos, a linguagem e o imaginário político, os espaços público e privado de sociabilidades, as leituras próprias que cada grupo político faz das ideologias dominantes de uma época, tudo isso o faz um historiador eminentemente do político. Sua obra *Modernidad e Independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*, publicada originalmente nos anos 1990 é considerada uma referência em termos de originalidade na análise do advento da modernidade na Espanha e no mundo hispânico.

Ao contrário das teses dominantes que tratam de supervalorizar os fatores exógenos como determinantes para a ruptura colonial, Guerra prefere o equilíbrio entre a conjuntura externa – Revolução Francesa, ideais iluministas de igualdade e liberdade, crise do sistema mercantilista e invasões napoleônicas – e a interna, caracterizada pelo que denomina de “modernidade absolutista”.

Segundo Guerra, a compreensão da independência na Hispano-América passa necessariamente por três questões: a primeira delas é a avaliação do quadro conflituoso entre Espanha e colônias que colocou em risco

a continuidade da unidade política; outro fator, refere-se a necessidade de se entender como se deu na Península Ibérica a apropriação do ideário da Ilustração; e, por último, a percepção da natureza das relações entre Estado e Sociedade no mundo ibérico.

Tal propositura deixa claro que analisar as independências hispano-americanas, somente com reflexo da Revolução Francesa e seus ideais de liberdade e igualdade mostra-se, para Guerra, inadequado e simplificador. É imperioso que se investigue como se deu o processo de inserção do mundo hispânico na modernidade, pois que assim poderemos ter uma visão mais alargada da conceituação de idéia de “revolução”:

Volviendo a la revolución, hemos de hacernos una pregunta: por qué el paso a la Modernidad se hizo en el mundo hispánico, como en Francia, por vía revolucionaria y no por la vía evolutiva que han seguido otros países y de la cual Inglaterra puede ser considerada como el prototipo? Aunque estas dos modalidades de Modernidad lleven a resultados bastante semejantes en nuestros días es evidente que los países de ambas áreas poseen aún culturas políticas diferentes como consecuencia de una historia de los siglos XIX y XX profundamente divergente. (GUERRA, 1993, p. 21)

Nesse particular, Guerra deixa transparente sua influência devida a François Furet a partir da noção renovadora desenvolvida por este em relação ao uso do termo “revolução”. Ao promover uma reflexão sobre “o significado da revolução de 1789”, Furet rompe com os pressupostos da história comemorativa ao estilo de Michelet e com o marxismo. Aproxima-se do julgamento de Alexis de Tocqueville e propõe uma “análise alternativa” (MADER, 2008, p.235) na qual o conceito de “revolução” é entendido como “processo” e “acontecimento”, ou seja, capaz de comportar tanto “rupturas” como “continuidades”. (MADER, 2008, p.235).

De forma que para Guerra, na Espanha, seja na península, seja na colônia, a idéia de modernidade e de revolução foi vivida e percebida de forma muito particular se comparada ao processo que se desenrolou na França do século 18. Essas peculiaridades permitem compreender o processo histórico independentista hispano-americano sob outro olhar, deslocado da visão simplificadora dominante que atribuía os movimentos separatistas na América a um mero reflexo do processo revolucionário desencadeado na França em 1789.

Se por um lado, a análise sobre os movimentos independentistas hispano-americanos, desenvolvida por Guerra, recupera François Furet particularmente na solução sobre as possibilidades que o termo “revolução” pode assumir, dependendo do contexto em se insere, por outro, vai ao encontro de Pierre Chaunu que já nos anos 1970 – conforme dito anteriormente – buscou, pioneiramente, enfrentar a questão a partir das próprias singularidades política, econômica, cultural e social vividas pelo mundo hispano-americano no contexto dos séculos 17 e 18. Nessa combinação é que se encontra a originalidade do trabalho de François-Xavier Guerra.

Segundo Guerra a chave para o entendimento dos processos revolucionários desencadeados na França e na Espanha, cada um a seu modo, se encontra num conjunto de transformações às quais dá o nome de “mutações culturais do século XVIII”. Concomitante ao processo de afirmação do Absolutismo Real, ocorrem mudanças afirmativas no sentido da adoção de novas formas de sociabilidade pelos indivíduos, de tal maneira, que tais transformações entram em choque com as formas de associações identitárias típicas do regime absolutista. Trata-se da vitória do indivíduo que no caso britânico já era uma realidade, mas, que no mundo franco-espanhol assumirá uma postura diversa daquela:

Em Francia y em España la situación es totalmente diferente. Las elites, alejadas de la participación em el poder por el olvido o la decadencia de las antiguas instituciones representativas, no participan en él por derecho propio. Algunas si participan como servidoras del Estado, pero em una situación de subordinación que solo puede ser soportada mientras la nueva sociedad no se haya fortalecido. Sus nuevas formas de sociabilidad y su nueva cultura se construyen al margen del ejercicio del poder. (GUERRA, 1993, p. 24).

As vivências típicas da modernidade expressas pela emergência de novas maneiras de sociabilidade, sobretudo, as experimentadas pelos “homens de letras” vão ser práticas, no mundo hispânico, com algumas particularidades. É o que Guerra chama de “modernidade absolutista”, ou seja, a prática de vivências típicas de uma sociedade que caminha para o liberalismo foi experimentada na Espanha sob o Antigo Regime, acrescida, ainda, de algumas particularidades.

Na Península, e mesmo nas colônias, o espaço das tertúlias foi bastante concorrido por certa elite cultural ávida em promover a discussão de temas como literatura, mas também assuntos da vida mundana ou religiosa, contribuindo, dessa forma, para a repercussão de novas idéias e novos comportamentos sociais. Paralelo às tertúlias, a modernidade absolutista espanhola, também, conheceu o espaço das associações que era freqüentado do mesmo modo por uma elite ilustrada, mas, vinculada ao Estado.

Os novos hábitos de sociabilidade vão sendo adotados por outros grupos sociais, entre eles as camadas médias, que ocupam os espaços dos cafés e das tabernas, portanto, espaços públicos que são reveladores de uma nova maneira de jogar o jogo da vida social, cultural e política. Embora Guerra sublinhe a impossibilidade de estabelecer trocas de vivências entre todos esses espaços sociais (tertúlias, associações, tabernas) é possível, por outro lado, perceber que tais vivências oportunizaram importante papel no contexto da época revolucionária, sobretudo, pela elite cultural.

Essas elites espanholas que jogaram um papel decisivo nos processos de independência encaminharam suas reivindicações sem, entretanto, propor um rompimento com a Monarquia ao estilo do ocorrido com a França. Em outras palavras, na Espanha não tivemos o fenômeno do jacobinismo francês. Ao contrário: as elites abraçam um projeto político reformista a partir do próprio Estado Absolutista:

Una buena parte de las elites modernas de finales del XVIII era a la vez ilustrada y profundamente adicta a un absolutismo que constituía para ellas el instrumento fundamental de las reformas. Así se explica que los altos funcionarios reales fuesen a menudo en el mundo hispánico – y portugués – los principales agentes, no solo de la modernización administrativa, sino también de las nuevas ideas. (GUERRA, 1993, p. 26).

Apesar disso, enfatiza Guerra, o projeto político das elites peninsulares e coloniais pode sim ser compatível com os ideais “revolucionários” típicos da Ilustração, visto que, em sua perspectiva, o imaginário político desta tinha algo em comum com o Absolutismo, revelado na aliança entre elites modernizantes e despotismo ilustrado ao longo de parte do século 18. Esse “casamento”, contudo, chega ao fim quando o rei desejoso de um poder ilimitado torna-se um obstáculo para a continuidade do projeto reformista das elites. Guerra não

apela para a tradicional dicotomia entre o “continuismo espanhol” e a “ruptura radical francesa”. Entende que as particularidades são reveladoras de “lógicas diferentes” de apropriação e vivência do ideário político da modernidade.

Se por um lado, as vivências típicas da modernidade ajudaram a criar um vocabulário e uma cultura política nova e particular tanto na península como na colônia, por outro lado, um evento político canalizará, definitivamente, o advento da modernidade liberal na Espanha: a convocação das Cortes Gerais em Cádiz em 1812. Se até então as elites vinham experimentando novas vivências, cogitando novos projetos políticos e adotando novo vocabulário, distinto do Antigo Regime vigente até então, a partir da reunião das Cortes em 1812 surgiria o evento que serviria para canalizar, efetivamente, esses novos projetos.

Na realidade, Guerra salienta que a decisão pela convocação das Cortes em 1812 foi tomada em face de uma série de mudanças que vinham em curso desde 1809 com a invasão da península pelas forças napoleônicas e a conseqüente deposição de Fernando VII. Neste mesmo ano, a recusa por parte dos espanhóis em reconhecer a imposição de um governo invasor, levou-os a convocar a Junta Central Governativa do Reino, tornando-se instância política máxima na ausência do Rei. A experiência dessa Junta que se prolongou até 1810, constituiu o que Guerra denomina de “ponto de mutação ideológica”:

Momento no qual se trava pela primeira vez o duplo debate: sobre a natureza da representação que traz à tona a questão da igualdade política entre Espanha e América dentro do conjunto mais amplo da Monarquia, e sobre a natureza íntima da nação, a partir das novas referências surgidas no próprio contexto de desintegração do Antigo Regime. Nestes debates se inserem os questionamentos fundamentais sobre os conceitos de soberania e de representação. A ruptura estaria na quebra da antiga relação pessoal e recíproca existente entre os súditos e o rei, definida como uma relação binária. Também a concepção de nação como uma grande família se desintegrava a partir do desaparecimento da figura do rei. (MADER, 2008, p.236).

O papel desempenhado pela Junta Governativa foi fundamental para o exercício político dos atores sociais empenhados em construir a modernidade espanhola assim como abriu caminho para o efetivo questionamento do estatuto colonial por parte dos espanhóis americanos. Primeiramente, Guerra ressalta a importância do quadro constitutivo da Junta: formada por delegados

provinciais das penínsulas aos quais se juntam, posteriormente, deputados de representações territoriais americanas que não reconheciam o governo invasor (GUERRA, 1993, p.179).

A Junta Governativa promulga uma Constituição, por meio da qual estabelece direitos iguais entre todas as províncias espanholas, envolvendo o reino e o além-mar, e, no caso particular da América, “*reconhece que [...] [esta] é parte integrante da Monarquia Espanhola*” (GUERRA, 1993, p. 185), negando, dessa forma, seu “*caráter de possessão espanhola*” (GUERRA, 1993, p. 187). Tais dispositivos de igualdade política eram absolutamente inovadores à época visto que nenhuma outra nação europeia havia, até aquele instante, estabelecido tal entendimento para com suas colônias. Havia, pois, um processo de ruptura política em gestação, processo no qual se percebe claramente as reivindicações típicas da modernidade liberal, tais como direito a representação e igualdade, seja no campo político seja no econômico.

O que empresta particularidade, contudo, ao processo de inserção do mundo hispano-americano à modernidade liberal é o seu apego a mecanismos típicos da sociedade do Antigo Regime, como, por exemplo, o verificado no processo de convocação para as eleições gerais em 1809. Guerra neste particular acentua o caráter essencialmente “tradicional” naquilo que diz respeito aos mecanismos que a sociedade hispânica entendia por representação:

La sociedad americana elige como lo que es y como se concibe a si misma, una sociedad de Antiguo Régimen en la que las más altas jerarquías son consideradas como los representantes naturales de la sociedad. (GUERRA, 1993, p. 198).

Embora tenha redundado num enorme fracasso, visto que viria a ser dissolvida pelas forças francesas de ocupação, a Junta Central representou um momento relevante no processo de transformação política vivida pela Espanha e pelo mundo hispânico, culminando com a convocação em 1812 das Cortes Gerais, que reunidas em Cádiz, promulgam uma Constituição que se tornaria marco das reformas liberais no mundo hispano-americano. De tal sorte que as Cortes reunidas em Cádiz são reveladoras das vias institucionais pelas quais as elites espanholas escolheram, não só para a efetivação da modernidade

liberal, mas, também, para a dissolução dos vínculos coloniais abrindo caminho para os movimentos de independência na América.

As elites, do outro lado do Atlântico, que já haviam experimentado a vivência da representação política permitida pela Junta Central a partir de 1809, vão aproveitar as medidas reformistas de caráter liberal adotadas pelas Cortes de Cádiz em 1812 para trazerem à baila suas diferenças regionais/locais, suas insatisfações com as dificuldades de acesso aos cargos públicos e ao prestígio político. Daí, Guerra, afirmar que as reformas implementadas pela Constituição de Cádiz terem desencadeado processos conflitantes em todo o mundo hispano-americano, sobretudo nas colônias, e como desdobramento desses conflitos a eclosão de guerras civis, divisões políticas no seio das elites, tensões sociais e regionais. (MADER, 2008, p. 238).

A partir dessas colocações, François-Xavier Guerra coloca-se dentro do campo historiográfico com um ponto de vista extremamente renovador na medida em que ao discordar das correntes tradicionais que estudaram os processos separatistas no mundo hispano-americano sustenta a tese de que houve uma via ainda que institucional (portanto, intrínseca ao próprio absolutismo) que levou a Espanha à modernidade política. Reconhece a importância dos fatores externos mas busca equilibrá-los na medida em que volta seu olhar para a vivência dos atores políticos e sociais. As independências não foram exclusivamente fruto de uma mera extensão das idéias de igualdade e liberdade propagadas pelo Iluminismo e muito menos pela imposição das forças napoleônicas, mas sim fruto de um processo de reforma por dentro das instituições do Antigo Regime espanhol.

ABORDAGEM RENOVADORA DE QUIJADA

Na esteira dessa nova historiografia do político interessada em retomar a questão dos movimentos de independência na América Hispânica temos ainda o trabalho de Mónica Quijada, pesquisadora de uma gama variada de temas mas que, no caso específico desse trabalho, focalizaremos seu ponto de vista sobre a Constituição de Cádiz de 1812. (QUIJADA, 2008, p.15-38). Também Quijada valoriza o aspecto político-institucional para explicar os processos independentistas na América espanhola e, para tanto, retoma a

Constituição de Cádiz (chamada no texto por “gaditana”) de 1812 comparando-a com outras cartas constitucionais daquele período (França entre 1789 e 1804; Estados Unidos de 1789).

Para Quijada a carta gaditana apresenta singularidades importantes para a época em contraste com as demais do mundo atlântico, em especial por contemplar dois aspectos: Primeiramente, essa constituição nivelou na mesma estrutura política, metrópole e colônia, estendendo a “todos” a condição de espanhol, trazendo a tona a idéia de pertencimento à nação espanhola. Claro está que por “todos” era entendido o indivíduo de origem ou domiciliado em territórios sob domínio da Espanha, incluindo, a população indígena. Ao estabelecer tal extensão deixava incluso que tais populações tinham garantidos certo rol de direitos – individuais, políticos, além do de propriedade.

Por outro lado, a Constituição de Cádiz introduziu um projeto político reformista no sentido de que, outorgava ao poder legislativo a capacidade de decisão, acima da vontade do rei, mas mantinha a monarquia. Esse aspecto, tornou a carta gaditana, aos olhos das outras monarquias européias, como um documento “radical” e “excessivamente democrático”, chegando mesmo a ser atacada pelas demais monarquias:

Las monarquias europeas atacaron con virulencia la revolución española y su texto constitucional como gérmen y modelo de todos los males que las amenazaban, especialmente durante el período de impulso liberal que atravesó el continente europeo a partir de 1820 [...]. (QUIJADA, 2008, p.19).

Para Quijana a explicação para esse caráter anti-aristocrático adotado pela Constituição de Cádiz tem a ver com o contexto histórico em que se deu, ou seja, a Espanha monárquica ocupada por invasores franceses que defendiam princípios revolucionários liberais. Tal condição levou as elites a vivenciar uma leitura muito própria do liberalismo político, visto que a defesa dos ideais liberais não se afirmou contra a Monarquia, tal como se deu na França. Mesmo eliminando “privilégios de nascimento”, forma típica de existência do mundo social do antigo regime, além de dispor de mecanismos legais para controle do poder real, as elites hispânicas não desejam eliminar a figura da monarquia.

De tal forma que aquilo que poderíamos chamar de ingresso do mundo hispânico nas “revoluções atlânticas”, ainda que a expressão tenha sido refutada por muito tempo pela historiografia tradicional, representou um grande avanço do ponto de vista político-institucional para aquele contexto e para o entendimento dos processos de independência da América Espanhola. Ao combinar monarquia com menor caráter aristocrático, prevalência do poder legislativo sem, no entanto, adotar o modelo republicano e inserir medidas de representação, a carta gaditana foi um exemplo sem paralelo de transformação política:

La constitución de Cádiz fue por tanto singular em su época: fue monárquica, como la británica, pero mucho más antiaristocrática que ésta, y estuvo muy alejada de los excesos autoritarios de algunas constituciones francesas [...]. No fue republicana, como las francesas de 1793, 1795, 1799 y 1802, o la norteamericana de 1787, pero si democrática, si por democracia entendemos la afirmación de la soberanía como fuente única de legitimidad del poder, el principio representativo basado em elecciones amplias y la división de poderes. (QUIJADA, 2008, p.20).

Do ponto de vista das independências dos territórios espanhóis na América a importância da Constituição de Cádiz aponta para a abertura de um caminho para a formação de delegações provinciais que tornam-se o centro de poder político no âmbito local. Aproveitando-se das medidas autonomistas, lideranças hispano-americanas articulam-se no sentido de obterem o reconhecimento, por parte das Cortes Gerais reunidas em Cádiz, da formação de Juntas Governativas locais, passo definitivo para a eclosão de guerras e movimentos armados no Novo Mundo.

Por fim há que se lembrar da importância da Constituição de Cádiz como fonte de inspiração para o movimento liberal em Portugal na década de 20 do século 19. Tudo isso faz, portanto, dessa Constituição de Cádiz, que teve breve duração, um marco importante no processo de inserção não só da Espanha, como também Portugal e América Latina, na modernidade política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura histórica vivida pelo mundo hispano-americano entre 1808 e 1820 – entre a invasão napoleônica da Península Ibérica com a conseqüente derrubada do rei espanhol e fuga da Família Real portuguesa para a América;

e o retorno de Fernando VII ao poder – foi marcada por um intenso processo de modernização em termos de apropriação do ideário político produzido pela Ilustração.

A nova historiografia do político ao retomar a questão das revoluções de independência das colônias luso-espanholas propõe um olhar voltado para essa conjuntura tentando compreender as vivências dos atores sociais e políticos em disputa. Não se trata de menosprezar o papel desempenhado pelas forças exógenas ao próprio processo independentista – guerras napoleônicas, crise do sistema mercantilista, pressões econômicas inglesas, etc – mas recuperar, a partir dos conflitos endógenos, como tal processo se desenrolou.

Trata-se, evidentemente, de renovar a interpretação a partir de novos conceitos e entendimentos sobre vocabulário e termos que foram utilizados ao longo de muito tempo de forma única e singular. É o caso do conceito “revolução” que, para boa parte da historiografia que tratou dos movimentos de independência do mundo luso-hispânico não se aplicava, pois que se entendiam tais processos como muito mais continuístas do que como rupturas.

Os trabalhos de François-Xavier Guerra, Mónica Quijada e outros mostram que é preciso retomar esse vocabulário em outros termos e perceber que as batalhas também se dão no plano das idéias. Houve no contexto reformista hispano-americano um exemplo de que o evento das transformações políticas foi abraçado por uma elite de origem diversa e não apenas produto de interesse de uma classe social única e homogênea ávida em impor seus interesses econômicos.

Por fim, revelam, ainda, estes estudos recentes, a necessidade de entender as revoluções de independência a partir de casos particulares e específicos, pois que cada um desses guarda peculiaridades difíceis de serem generalizadas.

NOTAS

(1) Para o desenvolvimento dessa argumentação tomamos como referência MADER, M. E. de Sá. “Revoluções de independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica”. In: *Revista de História*. 159 (2º. Semestre de 2008), p. 225-241.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Marieta de Moraes. “Apresentação”. In: RÉMOND, R. *Por uma História Política*. 2a.ed., Rio de Janeiro, FGV, 2003, p. 5-8.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencia . Ensayo sobre las revoluciones hispánicas*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1993.

MADER, M. E. de Sá. “Revoluções de independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica”. In: *Revista de História*. 159 (2º. Semestre de 2008), p. 225-241.

QUIJADA, Mónica – “Uma Constitución singular. La carta Gaditana em perspectiva comparada”. *Revista de Índias*. 2008, vol. LXVIII, no. 242, p. 15-38.

RÉMOND, R. *Por uma História Política*. 2a.ed., Rio de Janeiro, FGV, 2003.